



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

## CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL – RGF

Este RGF, referente ao terceiro quadrimestre de 2020, foi elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira e Sistema de Contabilidade Geral, em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, estarei também assinando os seguintes demonstrativos, de acordo com a tabela a seguir.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
4	Demonstrativo das Operações de Crédito
5	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

RONALDO RAMOS  
CAIADO:26472058  
768

Assinado de forma digital  
por RONALDO RAMOS  
CAIADO:26472058768  
Dados: 2021.01.28  
15:01:20 -03'00'



Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

HENRIQUE MORAES  
ZILLER:1791736017  
2

Assinado de forma digital  
por HENRIQUE MORAES  
ZILLER:17917360172  
Dados: 2021.01.27 20:42:08  
-03'00'



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>13.947.810.175,54</b>	<b>8.484.850,59</b>
2	Pessoal Ativo	8.428.773.553,50	1.532.001,39
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.093.405.653,96	224.326,95
4	Obrigações Patronais	1.335.367.899,54	1.307.674,44
5	Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
6	Pessoal Inativo e Pensionistas	5.485.396.802,98	0,00
7	Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.533.967.761,03	0,00
8	Pensões	950.043.524,33	0,00
9	Outros Benefícios Previdenciários	1.385.517,62	0,00
10	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	33.639.819,06	6.952.849,20
11	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>2.148.210.608,06</b>	<b>6.985,13</b>
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.944.223,94	0,00
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	37.967,87	0,00
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	55.607.456,47	6.985,13
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.078.620.959,78	0,00
16	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>11.799.599.567,48</b>	<b>8.477.865,46</b>

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.350.069.877,98	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.713.227,00	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	19.607.688,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	26.316.748.962,98	
21	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)</b>	<b>11.808.077.432,94</b>	<b>44,87</b>
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 48,60%	12.789.939.996,01	48,60
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%	12.150.442.996,21	46,17
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	11.510.945.996,41	43,74

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. Metodologia apurada conforme Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição.

2. O § 8º do art. 113 da CE/1989 foi suspenso cautelarmente pela ADI 6129 Goiás do STF, não permitindo as deduções das despesas com os pensionistas e os valores referentes ao IRRF dos servidores públicos estaduais do cálculo da Despesa Total de Pessoal.

3. Nos termos da decisão liminar proferida pelo STF com sede na Ação Cível Originária nº 3.328, são aplicadas ao Estado de Goiás as disposições do art. 10 da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, que suspende a aplicação do art. 23 da LRF.

4. A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio dos Decretos Legislativos nº 501, 502 e 503, de 25 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Sendo assim, estão suspensos os prazos previstos no art. 23 da LRF.

5. Valores sujeitos a alteração ou convalidação após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

Goiania, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

HENRIQUE MORAES  
ZILLER:1791736017  
2  
Assinado de forma digital  
por HENRIQUE MORAES  
ZILLER:17917360172  
Dados: 2021.01.27 20:43:55  
-03'00'



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
		LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
		jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20			
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.192.960.631,69</b>	<b>1.213.323.302,75</b>	<b>1.124.691.723,02</b>	<b>1.138.849.977,62</b>	<b>1.147.279.524,35</b>	<b>1.170.779.473,00</b>	<b>1.154.030.728,27</b>	<b>1.148.126.679,31</b>	<b>1.141.211.128,67</b>	<b>1.153.270.853,33</b>	<b>1.152.564.848,62</b>	<b>1.210.721.304,91</b>	<b>13.947.810.175,54</b>	<b>8.484.850,59</b>	
2	Pessoal Ativo	747.138.907,64	765.176.694,05	665.711.033,12	683.281.641,44	690.050.128,52	713.409.401,93	692.321.438,21	682.366.258,92	678.292.687,38	684.664.131,57	680.932.292,70	745.428.938,02	8.428.773.553,50	1.532.001,39	
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	601.680.352,28	589.742.361,07	592.543.094,27	582.130.411,85	589.184.168,02	608.667.496,74	592.295.397,66	580.274.627,34	576.848.751,00	574.755.807,90	578.665.385,22	626.617.800,61	7.093.405.653,96	224.326,95	
4	Obrigações Patronais	145.458.555,36	175.434.332,98	73.167.938,85	101.151.229,59	100.865.960,50	104.741.905,19	100.026.040,55	102.091.631,58	101.443.936,38	109.908.323,67	102.266.907,48	118.811.137,41	1.335.367.899,54	1.307.674,44	
5	Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6	Pessoal Inativo e Pensionistas	445.821.724,05	445.450.028,87	456.206.714,01	452.850.850,48	454.436.355,97	454.593.225,48	480.006.225,25	464.550.202,59	463.780.190,66	464.358.514,00	462.334.685,58	461.008.086,04	5.485.396.802,98	0,00	
7	Aposentadorias, Reserva e Reformas	368.269.699,61	367.214.370,55	375.234.804,83	374.093.079,57	374.553.927,89	375.945.248,07	381.099.898,81	383.499.529,42	383.673.224,37	384.931.061,35	383.467.688,39	381.965.228,17	4.533.967.761,03	0,00	
8	Pensões	77.491.495,64	78.172.536,48	80.365.704,28	78.697.596,44	79.829.226,30	78.598.605,72	78.827.506,37	80.991.523,39	79.963.756,62	79.347.597,93	78.816.539,62	78.941.435,24	900.043.524,33	0,00	
9	Outros Benefícios Previdenciários	60.528,80	63.121,84	606.204,90	60.174,47	53.201,78	49.371,69	78.820,07	59.149,78	143.200,67	79.854,72	50.457,27	81.422,63	1.385.517,62	0,00	
10	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	2.696.579,83	2.773.975,89	2.717.485,70	2.793.039,86	2.776.845,59	1.703.964,81	1.210.217,80	861.749,37	4.248.207,76	9.297.670,34	4.284.280,85	33.639.819,06	6.952.849,20	
11	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>201.994.614,57</b>	<b>198.178.572,35</b>	<b>142.648.983,00</b>	<b>177.930.636,86</b>	<b>177.670.346,56</b>	<b>177.061.699,87</b>	<b>177.039.419,17</b>	<b>177.445.937,85</b>	<b>177.574.511,50</b>	<b>182.919.686,39</b>	<b>177.651.730,11</b>	<b>180.094.470,03</b>	<b>2.148.210.608,06</b>	<b>6.985,13</b>	
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	812.753,42	1.019.367,95	876.640,78	980.979,08	997.225,53	1.173.967,04	1.100.335,55	1.437.730,65	1.177.476,26	1.420.970,74	1.628.072,20	1.318.704,74	13.844.223,94	0,00	
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	842,04	842,04	20.518,69	1.677,70	592,04	1.277,76	0,00	0,00	519,33	3.709,47	7.469,47	37.967,87	0,00	0,00	
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.254.477,85	5.151.808,42	9.438.587,22	2.782.679,95	2.595.260,68	2.390.925,52	1.964.424,62	2.586.513,43	2.746.686,24	5.674.614,44	6.436.951,14	6.584.526,96	55.607.456,47	6.985,13	
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	193.926.541,26	192.006.553,94	132.313.236,31	174.165.299,93	174.077.268,31	173.495.529,55	173.974.659,00	173.421.693,77	173.649.829,67	175.823.581,88	169.582.997,30	172.183.768,86	2.078.620.959,78	0,00	
16	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>990.966.017,12</b>	<b>1.015.144.730,40</b>	<b>982.042.740,02</b>	<b>960.919.340,96</b>	<b>969.609.177,79</b>	<b>993.717.773,13</b>	<b>976.991.309,16</b>	<b>970.680.741,46</b>	<b>963.636.617,17</b>	<b>970.351.166,94</b>	<b>974.913.116,51</b>	<b>1.030.628.834,88</b>	<b>11.799.599.567,48</b>	<b>8.477.865,46</b>	
<b>CAMPO</b>		<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>						<b>VALOR</b>						<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													26.350.069.877,98		
18	(v) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (v) (§13, art. 166 da CF)													13.713.227,00		
19	(vi) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (vi)													19.607.688,00		
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													26.316.748.962,98		
21	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>													<b>11.808.077.432,94</b>		<b>44,87</b>
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (IX)													12.789.939.996,01		46,60
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (X) = (0,95 x IX)													12.150.442.996,21		46,17
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (XI) = (0,90 x IX)													11.510.945.996,41		43,74

FONTE:

SIOP/NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS:

- Metodologia apurada conforme Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição.
- O § 8º do art. 113 da CE/1989 foi suspenso cautelarmente pela ADI 6129 Goiás do STF, não permitindo as deduções das despesas com os pensionistas e os valores referentes ao IRRF dos servidores públicos estaduais do cálculo da Despesa Total de Pessoal.
- Nos termos da decisão liminar proferida pelo STF com sede na Ação Cível Originária nº 3.328, são aplicadas ao Estado de Goiás as disposições do art. 10 da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, que suspende a aplicação do art. 23 da LRF.
- A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio dos Decretos Legislativos nº 501, 502 e 503, de 25 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Sendo assim, estão suspensos os prazos previstos no art. 23 da LRF.
- Valores sujeitos a alteração após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

Goiânia, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	20.670.271.654,43	22.178.578.638,63	22.680.067.315,48	22.665.700.875,08
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual	19.382.051.127,77	20.699.217.039,75	21.265.689.529,22	21.428.165.616,96
4	Empréstimos	10.013.682.486,54	10.991.553.065,17	11.263.855.451,11	11.247.430.738,09
5	Internos	9.973.208.238,87	10.939.076.220,43	11.210.950.243,70	11.199.113.489,06
6	Externos	40.474.247,67	52.476.844,74	52.905.207,41	48.317.249,03
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.187.533.549,87	9.531.033.785,75	9.829.704.697,48	10.013.431.299,49
8	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Parcelamento e Renegociação de Estados e Municípios	180.835.091,36	176.630.188,83	172.129.380,63	167.303.579,38
12	De Tributos	7.532.032,53	6.995.674,40	6.422.528,38	5.827.146,97
13	De Contribuições Previdenciárias	1.836.803,44	1.028.395,91	497.397,89	0,00
14	De Demais Contribuições Sociais	171.466.255,39	168.606.118,52	165.209.454,36	161.476.432,41
15	Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.288.220.526,66	1.479.361.598,88	1.414.377.786,26	1.237.535.258,12
19	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	DEDUÇÕES (II)	1.424.795.687,10	2.019.209.033,22	3.593.658.384,00	3.075.212.165,63
21	Disponibilidade de Caixa*	1.424.795.687,10	2.019.209.033,22	3.593.658.384,00	3.075.212.165,63
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.929.528.923,58	3.250.991.367,11	4.733.875.669,89	4.578.943.835,22
23	(-) Restos a Pagar Processados	1.504.733.236,48	1.231.782.333,89	1.140.217.285,89	1.503.731.669,59
24	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
25	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA* (DCL) (III) = (I - II)	19.245.475.967,33	20.159.369.605,41	19.086.408.931,48	19.590.488.709,45
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.538.621.316,63	24.656.181.038,97	25.718.441.485,93	26.350.069.877,98
27	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	11.510.586,00	24.016.001,00	13.713.227,00
28	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	24.538.621.316,63	24.644.670.452,97	25.694.425.484,93	26.336.356.650,98
29	% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I / VI)	84,24	89,99	88,27	86,06
30	% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III / VI)	78,43	81,80	74,28	74,39
31	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	49.077.242.633,26	49.289.340.905,94	51.388.850.969,86	52.672.713.301,96
32	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	44.169.518.369,93	44.360.406.815,35	46.249.965.872,87	47.405.441.971,76
Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
33	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
34	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)*	0,00	0,00	0,00	0,00
35	PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
36	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA*	0,00	0,00	0,00	0,00
37	DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	42.804.791,12	59.287.052,20	61.400.803,28	15.941.777,77
38	RP NÃO-PROCESSADOS	861.757.504,62	442.216.066,95	237.273.417,93	653.834.358,65
39	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
40	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
41	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	200.671.127,69

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

## NOTAS:

- Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada", ou, no caso da Dívida Previdenciária, na linha "Obrigações não integrantes da DC". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor deverá ser (0) "zero".
- Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pretatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
- Linha "Insuficiência Financeira (3)", somente será preenchida quando o valor da linha Disponibilidade de Caixa for negativa no quadro da DC.
- No período de maio/2019 a dezembro/2020, o Estado não realizou a amortização e pagamento do serviço da dívida no valor de R\$ 4.039.53 milhões, nos termos da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.262 - Gilmar Mendes (Contratos amparados na liminar: Finisa/Proinvest; CelgD; CelgPar; BNDS/Proinvest; Goiás Estruturante) e da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.286 - Dias Toffoli (contratos: 8727 e 9496) e pela LC 173.

SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS		LIMINARES ACO 3262 E 3286												LC-173								Total em Suspensão	Total da Devolução
CONTRATOS		mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Mai/19 a Dez/20	ACO's Jan/2021
Dívidas alcançadas pela Liminar (19/06) Gilmar Mendes (ACO 3262)	CEF CELGP	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	535,76	348,74
	CEF CELG-D	29,75	31,16	28,57	29,90	30,30	28,40	30,19	27,42	27,78	28,42	26,30	26,90	26,67	26,99	26,53	27,62	26,01	26,33	27,01	25,81	558,06	371,76
	CEF PROINVEST	-	3,58	3,29	3,44	3,48	3,27	3,47	3,16	3,20	3,28	3,04	3,11	3,08	3,12	3,06	3,18	3,00	2,96	3,03	2,90	60,65	39,41
	BNDES PROPAAE	-	-	24,89	-	-	24,80	16,95	15,37	15,58	15,94	14,74	15,08	14,95	15,14	14,87	15,50	14,58	14,76	15,15	14,06	262,35	158,30
	BNDES PROINVEST	-	2,56	2,35	2,45	2,49	2,34	2,48	2,26	2,29	2,34	2,17	2,22	2,20	2,22	2,19	2,27	2,14	2,17	2,22	2,13	43,47	28,13
	BB ESTRUTURANTE	-	-	-	167,64	-	-	-	-	-	168,65	-	-	-	-	-	202,84	-	-	-	-	539,13	336,29
<b>Subtotal I</b>		56,54	64,09	85,89	230,22	63,05	85,60	79,88	74,99	75,63	245,41	73,03	74,10	73,69	74,26	73,44	278,19	72,52	73,00	74,20	71,68	1.999,42	1.282,13
<b>Encargos de Inadimplência ACO3262</b>		8,02	6,33	6,39	8,39	3,15	3,86	2,78	3,82	5,66	5,48	6,33	5,63	4,84	2,91	2,63	2,07	2,03	2,04	1,94	2,47	86,74	86,74
Liminar Dias Toffoli (ACO 3286)	BB UNIÃO Lei nº 8727	-	-	44,69	44,71	44,51	44,57	44,74	44,75	45,24	45,16	45,11	45,38	45,52	45,51	45,90	46,33	46,85	47,81	48,27	48,91	823,95	823,95
	BB UNIÃO Lei nº 9496	-	-	18,51	18,52	18,59	18,60	18,62	18,65	18,64	18,65	18,66	18,64	18,64	18,63	18,60	125,49	128,69	128,11	127,58	127,04	878,87	878,87
<b>Subtotal II</b>		-	-	63,20	63,23	63,09	63,17	63,36	63,40	63,89	63,82	63,76	64,02	64,16	64,14	64,50	171,82	175,54	175,92	175,85	175,95	1.702,82	1.702,82
<b>Encargos de Inadimplência ACO3286</b>		-	-	0,31	0,90	2,01	3,48	4,26	7,09	6,81	7,58	9,04	10,60	11,43	14,73	13,24	21,15	27,38	25,18	14,47	33,41	213,05	213,05
***Dívidas sem garantia suspensas pela LC 173	CEF RODOV. ESTRUTURANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,74	5,82	5,73	5,53	6,04	34,89	-	
	CEF SANEAM. PARA TODOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,43	0,44	0,44	0,44	0,43	2,62	-	
<b>Subtotal III</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,18	6,26	6,17	5,97	6,47	37,50	-	
<b>Total ACO 3262 + ACO 3286 + Dívidas S/ Garantia</b>		56,54	64,09	149,09	293,46	126,15	148,77	143,24	138,39	139,52	309,23	136,80	138,12	137,85	138,40	144,12	456,28	254,23	254,89	256,52	254,08	3.739,74	2.984,94
<b>Encargos de Inadimplência Liminares*</b>		8,02	6,33	6,69	9,28	5,16	7,34	7,03	10,90	12,47	13,06	15,36	16,23	16,27	17,64	15,87	23,22	29,41	27,21	16,41	35,88	299,79	299,79
<b>Saldo Total da Pendência Jurídica</b>		64,56	70,41	155,78	302,74	131,30	156,11	150,27	149,30	151,99	322,29	152,16	154,35	154,12	156,03	159,99	479,49	283,64	282,10	272,93	289,96	4.039,53	3.284,73

Obs: \* Encargos com inadimplência representam todos os custos financeiros das horas realizadas pelo Tesouro Nacional (ACO 3262) e os encargos e atualizações monetárias de ambas as liminares.

\*\* Dívidas abrangidas pela ACO 3262, as quais a partir de junho/2020, deixaram de ser honradas pela UNIÃO nos termos da LC 173.

\*\*\*Dívidas sem garantia da União, com pagamentos suspensos nos termos da LC 173.

Elaboração: Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária.

5. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2019 foi de R\$ 957.369 milhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais). Outro Passivo Contingente relevante que pode ser considerado no cálculo da DCL refere-se às ações judiciais envolvendo os Programas PROTEGE, FOMENTAR E PRODUIZIR, totalizando em 31/12/2019, o valor de R\$ 4.586.904.739,36, conforme Nota Técnica nº 1/2020 - GAPGE (proc. 201900004086643). Considerando os passivos contingentes relacionados, a DCL de Goiás potencialmente totalizará R\$ 25.134.762.448,81 equivalendo 95,44% da RCL ajustada.

Memoira de Cálculo - DCL Potencial	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Dívida Consolidada Líquida	20.159.369.805,41	19.086.408.931,48	19.580.488.709,45
Passivo Contingente - Celg D	957.369.000,00	957.369.000,00	957.369.000,00
Passivo Contingente - Ações Judiciais Programas PROTEGE, FOMENTAR E PRODUIZIR	4.586.904.739,36	4.586.904.739,36	4.586.904.739,36
DCL Potencial	25.703.643.344,77	24.630.682.670,84	25.134.762.448,81
RCL	24.656.181.038,97	25.718.441.485,93	26.350.068.877,98
RCL Ajustada	24.644.670.452,97	25.694.425.484,93	26.336.356.650,98
%	104,26%	95,86%	95,44%

Sobre RCL Sobre RCL Ajustada Sobre RCL Ajustada

6. Valores sujeitos a alteração ou convalidação após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

Goiania, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

Campo	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
7	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	90.363.586,00	111.669.841,00	112.023.624,00	99.504.506,00
8	Em Operações de Crédito Externas	83.117.871,00	104.916.799,00	105.773.223,00	93.766.921,00
9	Em Operações de Crédito Internas	7.245.715,00	6.753.042,00	6.250.401,00	5.737.585,00
10	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>90.363.586,00</b>	<b>111.669.841,00</b>	<b>112.023.624,00</b>	<b>99.504.506,00</b>
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	24.538.621.316,63	24.656.181.038,97	25.718.441.485,93	26.350.069.877,98
13	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	11.510.586,00	24.016.001,00	13.713.227,00
14	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	24.538.621.316,63	24.644.670.452,97	25.694.425.484,93	26.336.356.650,98
15	<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)</b>	<b>0,37</b>	<b>0,45</b>	<b>0,44</b>	<b>0,38</b>
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.398.496.689,66	5.421.827.499,65	5.652.773.606,68	5.793.998.463,22
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	4.858.647.020,69	4.879.644.749,69	5.087.496.246,02	5.214.598.616,89

Campo	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
18	DOS ESTADOS (IX)	161.803.847,26	162.006.375,54	163.998.823,39	196.730.966,89
19	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Em Garantia às operações de Crédito Internas	161.803.847,26	162.006.375,54	163.998.823,39	196.730.966,89
21	DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
24	DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
27	EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
28	<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>	<b>161.803.847,26</b>	<b>162.006.375,54</b>	<b>163.998.823,39</b>	<b>196.730.966,89</b>
29	<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>				

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. Metodologia conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 10ª edição.  
2. Valores sujeitos a alteração ou convalidação após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

Goiânia, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado  
da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	Mobiliária	0,00	0,00
2	Interna	0,00	0,00
3	Externa	0,00	0,00
4	Contratual	0,00	30.000.000,00
5	Interna	0,00	30.000.000,00
6	Empréstimos	0,00	30.000.000,00
7	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
8	Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
9	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
10	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
11	Externa	0,00	0,00
12	Empréstimos	0,00	0,00
13	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
14	Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
15	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
16	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
17	<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000.000,00</b>
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
18	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.350.069.877,98	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	13.713.227,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.336.356.650,98	
21	OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
22	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	30.000.000,00	0,11
23	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.213.817.064,16	16,00
24	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	3.792.435.357,74	14,40
25	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
26	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.843.544.965,57	7,00
CAMPO	OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
27	Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
28	Tributos	0,00	0,00
29	Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
30	FGTS	0,00	0,00
31	Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

- NOTAS:
- Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.
  - Metodologia conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 10ª edição.
  - Valores sujeitos a alteração ou convalidação após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

Goiânia, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

CAMPO	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
			(a)	(b)	(c)	(d)					
1	<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>1.583.321.907,62</b>	<b>1.812.055.178,05</b>	<b>2.229.902.652,28</b>	<b>3.720.844,93</b>	<b>385.280.953,81</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.847.637.721,45</b>	<b>282.723.769,86</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.130.361.491,31</b>
2	Recursos Ordinários	568.628.226,31	1.805.295.818,14	2.200.202.016,19	3.720.844,93	94.985.645,19	0,00	-3.535.576.098,14	225.388.662,32	0,00	-3.760.964.760,46
3	Outros Recursos não Vinculados	1.014.693.681,31	6.759.359,91	29.700.636,09	0,00	290.295.308,62	0,00	687.938.376,69	57.335.107,54	0,00	630.603.269,15
4	<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>2.247.916.589,99</b>	<b>40.863.383,51</b>	<b>87.834.252,52</b>	<b>4.374.648,20</b>	<b>275.178.447,65</b>	<b>0,00</b>	<b>1.839.665.858,11</b>	<b>171.002.000,37</b>	<b>0,00</b>	<b>1.668.663.857,74</b>
5	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Transferências do FUNDEB	185.900.762,31	0,00	1.144.235,12	0,00	0,00	0,00	184.756.527,19	597.460,10	0,00	184.159.067,09
7	Outros Recursos Vinculados à Educação	325.423.708,46	1.139.743,68	1.906.603,93	726,00	1.396.768,67	0,00	320.979.866,18	9.273.205,82	0,00	311.706.660,36
8	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outros Recursos Vinculados à Saúde	636.426.482,77	2.849.118,00	1.417.407,79	0,00	0,00	0,00	632.159.956,98	13.089.891,00	0,00	619.070.065,98
10	Recursos Vinculados à Assistência Social	22.931.368,85	19.670,01	57.536,91	580.930,79	654,18	0,00	22.272.576,96	6.226.231,92	0,00	16.046.345,04
11	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário <sup>2</sup>	998,91	0,00	12.750,34	0,00	0,00	0,00	-11.751,43	1.676.624,39	0,00	-1.688.375,82
12	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	419.950,88	0,00	7.458,29	0,00	0,00	0,00	412.492,59	22.587,44	0,00	389.905,15
13	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	52.775.259,30	10.501.551,18	7.201.673,35	0,00	3.228.705,49	0,00	31.843.329,28	18.501.278,81	0,00	13.342.050,47
14	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	23.431.427,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.431.427,42	0,00	0,00	23.431.427,42
15	Outros Recursos Vinculados	1.000.606.631,09	26.353.300,64	76.086.586,79	3.792.991,41	270.552.319,31	0,00	623.821.432,94	121.614.720,89	0,00	502.206.712,05
16	<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>3.831.238.497,61</b>	<b>1.852.918.561,56</b>	<b>2.317.736.904,80</b>	<b>8.095.493,13</b>	<b>660.459.401,46</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.007.971.863,34</b>	<b>453.725.770,23</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.461.697.633,57</b>

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. As disponibilidades de caixa do RPPS, quando houver, ainda que vinculadas a fundos específicos previstos na Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades.

3. As Demais Obrigações Financeiras foram calculadas pela soma das obrigações que não passaram pela execução orçamentária, ou seja, que deveriam ter sido empenhadas e não foram, ou que tiveram o empenho cancelado (8.9.4.2.1.01.00 - OBRIGAÇÕES POR COMPETÊNCIA). No caso dos recursos vinculados, foram somados, ainda, o total dos valores restituíveis do passivo sem correspondência no ativo, tais como os depósitos e as consignações sem o valor correspondente nas contas de ativos (2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis + 2.2.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis - 1.1.3.5.0.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados + 1.1.3.5.1.06.00 - Conta Especial - Precatórios - 1.2.1.2.1.06.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados).

4. A disponibilidade de caixa da Defensoria Pública não foi incluída na disponibilidade do Poder Executivo, tendo em vista a autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO, conferida pela EC nº 45/2004 às Defensorias Estaduais, bem como a autonomia orçamentário-financeira estabelecida pela EC nº 73/2013 à Defensoria Pública da União e Distrito Federal.

5. Valores sujeitos a alteração ou convalidação após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

GoIânia, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado





ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2020

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

Em reais

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
1	Receita Corrente Líquida	26.350.069.877,98	
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	26.336.356.650,98	
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	26.316.748.962,98	
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	11.808.077.432,94	44,87
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	12.789.939.996,01	48,60
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	12.150.442.996,21	46,17
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	11.510.945.996,41	43,74
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
8	Dívida Consolidada Líquida	19.590.488.709,45	74,39
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	52.672.713.301,96	200,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
10	Total das Garantias Concedidas	99.504.506,00	0,38
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.793.998.463,22	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
12	Operações de Crédito Internas e Externas	30.000.000,00	0,11
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.213.817.064,16	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.843.544.965,57	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
16	Valor Total	453.725.770,23	-1.461.697.633,57

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. No período de maio/2019 a dezembro/2020, o Estado não realizou a amortização e pagamento do serviço da dívida no valor de R\$ 4.039,53 milhões, nos termos da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.262 - Gilmar Mendes (Contratos amparados na liminar: Finisa/Proinvest; CelgD; CelgPar; BNDS/Proinvest; Goiás Estruturante) e da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.286 - Dias Tofoli (contratos: 8727 e 9496) e pela LC 173.  
2. Valores sujeitos a alteração ou convalidação após a consolidação do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020.

Goiânia, 27 de janeiro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado